

Ministério da Saúde – MS
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo
Econômico-Industrial da Saúde – SECTICS
Departamento de Economia e Desenvolvimento em Saúde – DESID
Coordenação de Ações Estruturantes em Economia da Saúde – CAESA
Rede de Economia e Desenvolvimento em Saúde

ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DA REDE DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE (REDE ECOS)

Aos trinta dias do mês de junho de 2025, às 14 horas, reuniram-se no endereço SRTVN, Quadra 701, Lote D, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-040, os membros do Comitê Gestor da Rede de Economia e Desenvolvimento em Saúde, sob a condução da Coordenadora da Rede Ecos, Jamyle Calencio, que solicitou uma breve apresentação dos participantes.

1. Abertura e Contextualização da Rede de Economia e Desenvolvimento em Saúde (Rede Ecos)

Na sequência, a Sra. Luciana Leão, representante da SECTICS, parabenizou a Coordenadora e a equipe pelo trabalho de estruturação e oficialização da Rede Ecos, destacando a assinatura da portaria como um marco inicial de um futuro promissor para o SUS.

A Diretora do Departamento de Economia e Desenvolvimento em Saúde – DESID, Dra. Natalia Nunes, fez uma saudação aos participantes, com especial destaque aos Núcleos de Economia da Saúde (NES), reforçando o papel essencial dos núcleos e da atuação da Rede Ecos. Ressaltou a trajetória histórica da Rede, desde sua criação no primeiro mandato do ministro Padilha, as dificuldades enfrentadas em governos anteriores e a atual consolidação institucional com a aprovação da portaria. Afirmou o compromisso do Ministério da Saúde com o fortalecimento da Rede e colocou os instrumentos e serviços do DESID à disposição dos membros.

Em seguida, a Coordenadora Jamyle Calencio apresentou a Portaria GM/MS nº 6.728, de 14 de abril de 2025, explicando os trâmites legais para sua aprovação, bem como os objetivos, estrutura, competências do Comitê Gestor, das Câmaras Técnicas e os impactos esperados com a atuação da Rede Ecos.

No momento seguinte, foi aberto espaço para manifestação dos membros do Comitê Gestor sobre formas de comunicação interna (e-mail ou WhatsApp) e o limite de participantes por instituição. A Sra. Luciana Leão sugeriu manter a participação aberta, com atualização dos dados em caso de substituições. A representante do IPEA, Fabíola Sulpino mencionou que o WhatsApp não pode ser um canal oficial, mas reconheceu sua utilidade diante da ausência de alternativas viáveis.

O representante da ABRES, Francisco Funcia apoiou o uso do WhatsApp como canal complementar, sugerindo a criação de uma instância virtual de diálogo. A Sra. Blenda Leite manifestou satisfação em participar do Comitê e ressaltou a importância da Rede mesmo diante das dificuldades políticas. Expressou preocupações com o uso excessivo de WhatsApp, sugerindo um uso orientado e organizado. Sugeriu também maior clareza sobre a formação e estruturação dos Núcleos.

O representante da Fiocruz, Sr. Marco Aurelio de Carvalho, destacou o papel estratégico da Rede na disseminação de ações do centro para as pontas e vice-versa, reforçando a importância de estruturas ágeis para a formulação de políticas. Demonstrou preocupação com o tempo de resposta entre identificação de problemas e implementação de soluções e apontou a necessidade de amadurecimento institucional.

A Coordenadora Jamyle reforçou a concordância sobre a abertura do cadastro e solicitou o registro da decisão quanto à criação do grupo de WhatsApp.

Após considerações foi decidido em consenso a abertura de Grupo de WhatsApp para troca de informações de forma mais rápida.

2. Apresentação dos Núcleos de Economia da Saúde e outros informes

Seguindo, foi proposto que cinco representantes dos NES apresentassem suas experiências antes da discussão do Regimento Interno.

Os representantes do NES do Distrito Federal, do Mato Grosso do Sul, da Bahia, de Tocantins, de Uberaba/MG e de Porto Alegre/RS, relataram as ações desenvolvidas. Em seguida, o representante da OPAS, Sr. Júlio Pedroza, se manifestou sobre a importância da constituição da Rede Ecos e propôs sua vinculação com outras redes internacionais de saúde (Rede de Fondos e Rede de Contas de Saúde). Mencionou experiências relevantes da América Latina em gestão de custos e banco de preços hospitalares, colocando a OPAS à disposição da Rede. O Sr. Júlio Pedroza mencionou também a possibilidade de compartilhar experiências de países como Chile e Colômbia, que vêm desenvolvendo metodologias de gestão de custos hospitalares, adaptadas às realidades de dados disponíveis em seus sistemas.

Por fim, ressaltou o interesse da OPAS em compartilhar os resultados de um estudo sobre gastos catastróficos em saúde, realizado em parceria com o IPEA e com integrantes da Abrasco.

A Coordenadora Jamyle agradeceu a contribuição da OPAS e reforçou a abertura da Rede à internacionalização. A Sra. Maciene Mendes, Coordenadora-Geral de Informações e Economia da Saúde, enfatizou o marco representado pela reunião e a oficialização da Rede, ressaltando o papel essencial de estados e municípios na efetivação da economia da saúde.

A Coordenadora Jamyle agradeceu a fala do representante da OPAS, destacando sua importância para os debates da Rede Ecos. Comentou que a contribuição foi bastante oportuna, pois antecipou propostas que seriam discutidas no período da tarde, durante o espaço dedicado ao plano de trabalho anual da Rede.

Mencionou que as sugestões apresentadas já trazem elementos para pensar na internacionalização da Rede Ecos. Ressaltou que há total abertura para integrar a Rede a outras redes internacionais, com o objetivo de trocar conhecimentos, aprender com outras

experiências e trazer aprendizados aplicáveis ao contexto nacional, destacando que esse é justamente o propósito da Rede.

A Sra. Maciene Mendes, Coordenadora-Geral de Informações em Economia da Saúde, ressaltou que, anteriormente, atuou por dez anos na coordenação do Programa Nacional de Gestão de Custos. Afirmou que o dia da reunião representava um marco para quem esteve no Desid por tanto tempo.

Destacou os muitos anos de trabalho em diversas iniciativas voltadas à economia da saúde e celebrou o fato de, naquele momento presenciar esse esforço ser oficializado por meio de uma portaria, com a Câmara Técnica reunida.

Expôs que, ao ouvir as falas dos colegas dos estados e municípios, reconhece o quanto esses atores têm feito a economia da saúde acontecer, conferindo concretude a todo o trabalho sério e cauteloso em desenvolvimento especialmente nas questões da gestão de custos.

Ressaltou que tudo o que é realizado no âmbito do Programa Nacional de Gestão de Custos é feito com cautela, responsabilidade e respeito, em diálogo constante com as áreas técnicas e, principalmente, com quem está na ponta, que é quem de fato faz as coisas acontecerem.

Reforçou o que já havia sido dito por outros participantes, enfatizando que aquele era, de fato, um dia muito importante, sobretudo em relação ao reconhecimento. Citou o esforço de longa data nesse sentido, e destacou a importância desse reconhecimento não apenas para quem atua nos municípios ou estados, mas também para os profissionais do Ministério da Saúde (MS), que estão à frente da agenda de fortalecimento da economia da saúde.

3. Discussão sobre a Proposta do Regimento Interno da Rede Ecos

A Sra. Jamyle Calencio deu início à apresentação da proposta do Regimento Interno da Rede Ecos, destacando os principais pontos, tais como: funções e responsabilidades do Comitê Gestor; critérios para mandato, recondução e destituição de seus membros; estrutura de coordenação da Rede; e atribuições dos integrantes da Rede.

Após a exposição, foi aberta a palavra aos membros presentes para que fizessem apontamentos e sugestões relativas ao conteúdo do Regimento Interno.

4. Reflexão sobre a Inclusão de Novos Participantes

Os representantes do IPEA, da ABRES e do NES/TO manifestaram preocupação quanto à ausência de outros membros externos considerados de extrema importância para a Rede ECOS, especialmente no que se refere à composição da Câmara Técnica do SIOPS.

Em resposta, a Coordenadora Jamyle Calencio esclareceu que, por orientação da Consultoria Jurídica (Conjur), houve a necessidade de classificar todos os atores externos como convidados, e não como membros formais da Rede. Isso se deve ao fato de que a inclusão oficial como membros demandaria a tramitação da portaria de criação da Rede com a participação de todas as instituições externas envolvidas, o que implicaria maior complexidade e tempo para sua publicação.

Ressaltou, contudo, que outras instituições poderão ser incluídas futuramente como membros ou participar como convidados, a depender da necessidade e da viabilidade jurídica e administrativa.

Destacou que a sugestão apresentada pelos representantes pode ser acolhida como encaminhamento da reunião. No entanto, alertou que qualquer alteração da portaria exigiria

um processo mais demorado, envolvendo inclusive a elaboração de uma nova Avaliação de Impacto Regulatório (AIR).

Na mesma linha, a Sra. Blenda Leite destacou que a alteração da Portaria pode ser demorada, considerando o tempo que o processo anterior já consumiu.

A Diretora do DESID, Dra. Natalia Nunes trouxe uma reflexão sobre o processo de inclusão de novos membros na Rede ECOS, questionando se a participação de instituições externas, ainda que na condição de convidadas, não poderia ocorrer de forma paralela à construção ou revisão da portaria. Argumentou que ambas as ações — participação ativa e tramitação normativa — poderiam caminhar conjuntamente. Com isso, ao serem formalmente incluídos posteriormente, os convidados já teriam familiaridade com o funcionamento da Rede, o que facilitaria a tramitação interna da portaria nos respectivos órgãos.

Em sua avaliação, essa abordagem representaria uma situação de ganho mútuo, beneficiando tanto a Rede quanto as instituições envolvidas. Defendeu, portanto, que os convites a instituições estratégicas sejam feitos desde já, reforçando que, enquanto se elabora ou avalia uma nova portaria, não há necessidade de paralisar as ações ou adiar o envolvimento dos interessados.

Reiterou sua convicção de que uma ação fortalece a outra e que, ao antecipar os convites e garantir participação ativa desde o início, o processo de formalização poderia inclusive ser acelerado. Destacou que esse movimento inicial pode ser fundamental para a construção do processo, especialmente à medida que os trabalhos avancem e novos elementos e demandas surjam.

Finalizou apontando a importância de refletir sobre a entrada de novos participantes e destacou a necessidade de diálogo para definição da metodologia mais adequada. Enfatizou que este ponto ainda requer discussão aprofundada, mas, em sua visão, já é possível iniciar os convites neste momento, considerando que o atual estágio da Rede é propício para isso — mesmo que nem todas as instituições ainda estejam presentes.

Por fim os membros sugeriram também a participação dos Conselhos de Contabilidade e de Economia.

5. Retomada do turno da tarde e discussão e aprovação do Regimento Interno

A reunião foi retomada às 14h, com foco na validação das alterações no Regimento Interno da Rede Ecos, iniciado no turno da manhã. A Coordenadora Jamyle Grigoletto apresentou os principais ajustes realizados.

Os ajustes redacionais foram realizados no Artigo 4º, especialmente no uso dos termos “subsidiar a tomada de decisão”, reforçando o caráter técnico da rede. Foi mantido o foco exclusivo no Sistema Único de Saúde (SUS), evitando termos que sugerissem abrangência fora dele.

Ainda, discutiu-se a estrutura de funcionamento das Câmaras Técnicas que devem seguir as normas já previstas no regimento da Rede Ecos, mas precisam ter seus próprios regimentos, conforme dita a Portaria.

Em relação ao Regimento Interno, a coordenadora Jamyle esclareceu que o documento será publicado exclusivamente no Portal da Rede Ecos, bem como ficará disponível para consulta.

6. Apresentação e deliberação sobre os formulários de solicitação de ingresso na Rede ECOS

A Coordenadora Jamyle Calencio informou que foram recebidos 46 formulários de solicitação de adesão à Rede Ecos. Em seguida, o Sr. João Pedro Souza, da Secretaria Executiva da Rede Ecos, apresentou os dados consolidados e explicou ao colegiado que, para ingresso formal na Rede, cada instituição deve encaminhar formulário de solicitação devidamente preenchido, acompanhado de justificativa formal de interesse, conforme orientação disponível no portal institucional da Rede Ecos.

O Sr. João Pedro Souza informou ainda que os formulários foram recebidos de instituições localizadas nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Destaque para o estado de Pernambuco, que concentrou o maior número de solicitações.

As solicitações de adesão contemplaram uma diversidade de setores e entidades, tais como: Fundos Municipais de Saúde; Hospitais; Institutos; Núcleos de Economia da Saúde (Estaduais e Municipais); Núcleos Gestores; Prefeituras; Secretarias Municipais de Saúde; Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde; Unidades de Pronto Atendimento (UPAs); Universidades e Universidades Federais.

Foi esclarecido ainda que, no caso das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, foi enviado ofício específico solicitando o envio de formulários de adesão, como forma de fortalecer a integração institucional e garantir a representatividade dessas unidades no processo de governança da Rede Ecos.

Segundo, houve apresentação e apreciação das candidaturas de novas instituições.

Foi discutido o procedimento adequado para o ingresso de instituições vinculadas às Secretarias Estaduais de Saúde na Rede Ecos. Ficou estabelecido que cada unidade interessada deverá apresentar formulário de adesão próprio, devidamente assinado por seu representante legal. No caso de Núcleos de Economia da Saúde de caráter estadual, por exemplo, o formulário deverá ser assinado pelo Secretário de Saúde do respectivo estado. Diante disso, foi aprovada a entrada dessas instituições na Rede, desde que os formulários estejam assinados pelas autoridades máximas das secretarias de saúde, inclusive nos casos em que já exista um Núcleo de Economia da Saúde em funcionamento.

Quanto a esse ponto foi deliberado que a Secretaria Executiva da Rede irá entrar em contato com quem encaminhou os formulários para os ajustes necessários, solicitando a assinatura dos representantes legais. Além disso, foi decidido que além da assinatura do secretário se fará necessário a assinatura do chefe do setor/unidade de saúde.

Ainda, sobre o ingresso de instituições na Rede, destacou-se a relevância da participação de outras entidades estratégicas, como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Grupo Conceição e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Sobre esse ponto a Coordenadora Jamyle esclareceu que o ideal é que as instituições encaminhem a solicitação para a entrada na Rede por meio do formulário. Entretanto, foi deliberado que para as instituições estratégicas será encaminhado ofícios pela Secretaria Executiva da Rede.

Segundo, foi discutido sobre a participação e representatividade na Rede. Quanto a esse item ficou decidido que a representação deve vir de órgão ou entidade formalmente reconhecida (não de unidades administrativas isoladas).

Foi ainda proposta a flexibilização no número de representantes por instituição, desde que identificados e cadastrados previamente.

7. Construção do Plano de Trabalho

Seguindo para o próximo item da pauta, foi apresentada, pela Coordenadora Jamyle Calencio, a proposta de construção do Plano de Trabalho Anual da Rede ECOS, com vigência prevista de julho de 2025 a julho de 2026. A proposta tem como uma de suas principais metas a construção da Política Nacional de Economia da Saúde, conforme estabelecido no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027.

Durante a apresentação, foram mencionadas ações já iniciadas para estruturação da Política, como a contratação de universidade para realização de análise *Ex ante* e a promoção de oficinas de Análise de Impacto Regulatório (AIR).

Enfatizou-se a necessidade da construção de um instrumento legal e estruturante que consolide a Economia da Saúde como área estratégica do SUS.

No âmbito da operacionalização da Rede, foi sugerida a criação de Grupos de Trabalho (GTs) por eixos temáticos, com o objetivo de tratar de temas estruturantes, incluindo:

- Financiamento;
- Gestão de produtos e insumos;
- Equidade e desigualdades regionais;
- Sistemas de informação;
- Estudos econômicos em saúde;
- Sustentabilidade e compras públicas.

Também foi sugerida a criação de Grupos de Trabalho específicos sobre judicialização da saúde mental e financiamento.

A proposta visa à identificação de gargalos no financiamento e à formulação de soluções estruturadas e baseadas em dados.

Em relação ao Plano de Trabalho em si, deliberou-se que sua discussão deverá ser retomada em uma próxima reunião ordinária ou, se necessário, por meio de reunião extraordinária online.

Na sequência, foi iniciada discussão sobre comunicação e sensibilização da Economia da Saúde. A Sra. Fabíola Sulpino sugere trabalhar a questão da comunicação dentro da Rede Ecos. Os participantes destacaram a necessidade urgente de melhorar a comunicação sobre o papel estratégico da área, e tal item pode ser tratado no âmbito da Rede Ecos. Entre as propostas, estiveram:

Produção de peças informativas;

Realização de campanhas públicas;

Utilização de canais institucionais, como o Canal Saúde e os veículos de comunicação do Conselho Nacional de Saúde.

Foram também debatidos diversos temas essenciais para a atuação da Rede ECOS. Destacou-se a baixa qualidade, ausência de padronização e uso limitado das informações de economia da saúde atualmente disponíveis. Propôs-se, nesse contexto, incentivar a cultura de custos nas instituições públicas, com a formação de núcleos locais de custeio e maior integração entre entes federativos.

Ressaltou-se que a inconsistência dos dados compromete o planejamento e a avaliação de políticas públicas. Também foi apontada a crescente dificuldade de vincular emendas parlamentares a metas factíveis de impacto, especialmente nos casos de incrementos de custeio. Frente a isso, indicou-se a necessidade de estabelecer critérios mais claros para a

destinação desses recursos, priorizando serviços já habilitados e em funcionamento, e evitando metas genéricas que demandem investimentos estruturais incompatíveis com a natureza dos repasses.

Outro ponto discutido foi o potencial uso da plataforma D-TISS (Padrão de Troca de Informações na Saúde Suplementar) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como referência de valores médios por procedimento e região, servindo como insumo para análises comparativas e estratégicas.

Propôs-se ainda uma maior articulação entre dados do setor público e da saúde suplementar, especialmente diante da Medida Provisória sobre integração informacional, atualmente em tramitação.

A judicialização da saúde mental e o financiamento de medicamentos de alto custo foram igualmente apontados como desafios relevantes, com possíveis repercussões orçamentárias e políticas, configurando-se como temas pertinentes à pauta de discussão da Rede ECOS.

Houve consenso de que a Rede ECOS deve concentrar sua atuação em temas sobre os quais possua governabilidade e capacidade técnica, bem como em temas em que o NES possam oferecer contribuições. Reforçou-se, ainda, que a principal função da Rede é subsidiar a gestão com evidências, estudos e propostas qualificadas.

8. Encaminhamentos e próximas ações

- Aprovação do Regimento Interno com os ajustes sugeridos;
- A Secretaria Executiva da Rede será responsável por manter o cadastro atualizado dos membros;
- Reenvio dos formulários de solicitação de entrada na Rede ECOS: A Secretaria Executiva ficará responsável por entrar em contato com as instituições participantes para o reenvio dos formulários, devidamente assinados, conforme os trâmites definidos;
- Criação de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos: Foi acordada a estruturação de GTs no âmbito da Rede ECOS, organizados por eixos estratégicos, incluindo: Financiamento; Gestão de produtos e insumos; Equidade e desigualdades regionais; Sistemas de informação; Estudos econômicos em saúde;
- Será elaborada e enviada uma minuta do Plano de Trabalho Anual, a ser debatida em próxima reunião ordinária ou extraordinária virtual;
- Criar iniciativas de comunicação institucional para sensibilização de gestores e divulgação da importância da economia da saúde para a tomada de decisão;
- Realizar futuras reuniões presenciais e virtuais, conforme cronograma a ser definido, com propostas de seminários e conferências nacionais;
- Criação de grupo de WhatsApp para troca de informações mais rápida.

Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.